

Bancos estrangeiros já estudam reescalonamento da dívida a longo prazo

por Mário de Almeida
de Paris

O choque dos bancos europeus diante do esfacelamento do primeiro plano que o governo brasileiro apresentou ao Fundo Monetário Internacional (FMI) vai sendo aos poucos substituído por uma disposição para conversar sobre o inevitável reescalonamento a longo prazo. A reação ainda não é unânime, nem mesmo entre os bancos de um mesmo país credor. Mas funcionários brasileiros das três maiores praças da região, Londres, Paris e Luxemburgo — esta, a preferida dos bancos alemães para fechar boa parte dos seus negócios no exterior —, têm sido chamados para conversar informalmente sobre um calendário durável para a amortização dos empréstimos.

Um desses encontros, testemunhado por este jornal no último fim de semana, ocorreu por iniciativa de um executivo da Banca Commerciale Italiana. Um segundo encontro, também isolado, foi organizado ontem pela Union des Banques Suisses tradicionalmente um dos melhores correspondentes do Banco do Brasil.

ESTATÍSTICAS

Essas conversas sempre passam numa questão delicada: a abundância e simultânea infidelidade das estatísticas que o governo brasileiro serve aos credores internacionais. Mas, em lugar do ataque direto e quase sempre irritado do banqueiro estrangeiro, a fórmula tacitamente adotada para que o protesto seja registrado sem que o interlocutor brasileiro tenha de cortar o diálogo por uma questão de lealdade funcional, é uma piada a respeito da criatividade estatística, ou da esperteza com que se acelerou o endividamento, antes que o mundo descobrisse o tamanho do buraco. A conversa séria envolve dois pontos cruciais. Primeiro, são as garantias. A idéia mais comum é a da transferência de uma parte substancial dos avais para o Banco Central do país a que pertence o banco credor. A Alemanha Ocidental aceitou uma operação nesses termos, semana passa-

da, de 1 bilhão de marcos, com a Alemanha Oriental. Os bancos alemães deram o dinheiro, após terem recebido a garantia do Bundesbank. Esse tipo de contrato ainda deve ser considerado um caso excepcional, porque as relações entre as duas Alemanhas são muito especiais — além do que, a parte comunista não tem uma dívida externa tão pesada quanto a brasileira e nem está atrasada com as prestações.

O segundo tópico dos encontros é o prazo de um eventual reescalonamento. Os suíços falam em dez anos, os italianos em vinte. Ambos os credores, porém, não dispensariam a exigência de uma garantia impecável do seu próprio Banco Central para que os empréstimos jogados a tão longo prazo possam ser aprovados por seus auditores externos.

IRRITAÇÃO

Os funcionários brasileiros que têm participado dessa discreta reaproximação acham que seus interlocutores querem, antes de tudo, transmitir um quadro das discussões que os bancos europeus começaram a desenvolver entre os seus executivos, desde que o Brasil se apresentou em Nova York, em meados de junho passado, disposto a conversar sobre o longo prazo.

Após uma crise de irritação em face da desenvoltura com que os bancos norte-americanos tomaram o comando das negociações, os credores europeus perceberam, individualmente, que teriam uma oportunidade de melhorar a sua posição caso trabalhassem com a cabeça. O desafio ainda parece bastante longo, porque uma fatia respeitável do mercado europeu somente trataria de uma solução duradoura para a crise brasileira após uma fase longa e bem-sucedida da terapia interna. A questão é, portanto, detectar o momento em que o bloco de credores dispostos a conversar passe a representar uma parte da dívida suficientemente grande para carregar o resto da turma. Resta saber quem, no Brasil, tem tempo e contatos para dar um tiro perfeito.